



SOBRE OS ATORES DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: QUAL O SUJEITO? QUAL RECONHECIMENTO? QUAL LUGAR?

Aline Mendonça dos Santos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

alinemen@unisinos.br

Da mesma forma que as transformações sociais das últimas décadas incidiram em uma renovação da questão social, incidiram também em uma renovação da esfera pública promovendo leituras distintas sobre conceitos como “sociedade civil” e “movimentos sociais”.

O caráter contestatório dos movimentos sociais perdeu forças diante da ausência de um inimigo visível a quem dirigiam suas reivindicações. Os movimentos sociais, organizações e comunidades passam a demandar bens e serviços necessários à sobrevivência humana, e principalmente reivindicar a garantia dos direitos sociais, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais.

O processo de individualização, intensificado na sociedade contemporânea, desintegra a noção de cidadania. Na perspectiva de defender o domínio público, ações coletivas direcionam-se para articulações coletivas, como um tipo de resposta aos problemas gerados pelo capital.

O quadro conceitual da economia solidária insinua que a dinâmica de inserção econômica, a partir da organização coletiva e autogestionária, própria das iniciativas de economia solidária, está estreitamente ligada à democratização. Para legitimar suas demandas, os agentes da economia solidária promovem um conjunto de discussões e articulações variadas que conecta organizações e entidades populares, constituindo o movimento da economia solidária em um espaço de discussão coletiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, ampliando o processo de democratização política do cotidiano dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES para outras esferas da vida social.



O FBES é a principal expressão do movimento de economia solidária e sua dinâmica indica um movimento que integra uma pluralidade de práticas e de atores sociais que se movimentam das mais diferentes formas em prol de uma estratégia comum: legitimar a economia solidária.

O trabalho que aqui apresento compreende um exercício teórico de discutir esse protagonismo popular que não se reconhece em apenas um ator político. Este texto constitui parte do trabalho que resultou na tese de doutorado “O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular”¹

A concepção de ator, sujeito e popular

Há toda uma discussão que contrasta os atores dos movimentos sociais em diferentes momentos históricos, que pautam o debate entre objeto e sujeito (sejam estes atores dos movimentos populares, os atores dos novos movimentos sociais e ONGs, ou ainda, os atores da clássica classe trabalhadora). Quem são os atores que se apresentam na contemporaneidade? Quais suas relações com a transformação da sociedade?

Sader (1995) teve a preocupação de refletir sobre o perfil dos atores sociais dos movimentos pós 1970 numa perspectiva de perceber tais atores sem remetê-los apenas à via estrutural da reprodução social, uma vez que, diante das vertentes de reprodução social (como reflexo da coerção do Estado militar, ou do automatismo econômico da acumulação capitalista, ou, ainda, da alienação ideológica produzida pela classe dominante), os atores, as classes sociais aparecem como simples atualizações de estruturas dadas. Segundo o autor, nestas elaborações, a ideia de sujeito coletivo desempenhando papel criador nos processos históricos não fazia muito sentido. Desta forma, Sader (1995) entendeu que dificilmente conseguiria explicar os movimentos que

¹ A tese objetivou estudar as dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e, a partir deste sujeito de pesquisa, buscar a percepção de como os atores políticos deste movimento estão configurando a organização popular em prol da transformação social. Para a realização da pesquisa, desenvolveu-se um estudo que envolveu, entre outros, trabalho de campo através de um corpus de pesquisa voltado ao acompanhamento de três plenárias estaduais (RJ, PB e RS) que compuseram o processo preparatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Além disso, realizou-se uma caracterização geral da situação da economia solidária nos três estados estudados no campo, tendo como fonte o Sistema de Informação de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária.



se propôs estudar, pela exposição das condições dadas e reduzindo aqueles atores ao campo geral das “lutas de um setor da classe operária para a defesa das condições de reprodução da força de trabalho” e invisibilizando as singularidades presentes no fenômeno em sua originalidade.

Uma conclusão extraída da observação desses impasses é que não se pode deduzir orientações e comportamentos de “condições objetivas dadas”. Tais deduções pressupõem uma noção de “necessidades objetivas” que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais. Quem pretende captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou comunidade de base de uma sociedade de amigos do bairro. O que, em definitivo, é deixar escapar o principal. (SADER, 1995, p. 42-43)

Esta discussão sobre a identidade dos sujeitos remete à velha reflexão sobre classe social. Sader (1995) a debate tendo como referência (dentre outros autores) Thompson. As elaborações de Thompson, bem como as de Wood – que repensa e reafirma a obra de Thompson – são importantes contribuições para compreender os processos de formação humana frente ao processo de transformação social, numa perspectiva de que os sujeitos em formação são reflexos da interação entre a especificidade histórica, a ação humana. A leitura de classe desenvolvida por Thompson permite compreender a presença subjetiva dos atores (com sua cultura, valores e imaginário), configurando uma relação entre cultura popular e processos históricos de transformação social. Para tanto, Thompson parte da premissa de que há particularidades no processo de resistência dos pobres, “plebe”, que não estão totalmente identificadas com a “classe madura”².

² Com consciência de classe e historicamente desenvolvida: “classe obrera industrial”.



Las fisuras características de esta sociedad no se producían entre patrono y trabajadores asalariados (como en las clases “horizontales”), sino por las cuestiones que dan origen a la mayoría de los motines: cuando la plebe se unía como pequeños consumidores, o como pagadores de impuestos o evasores del impuesto de consumo (contrabandistas), o por otras cuestiones “horizontales”, libertárias, económicas o patrióticas. No sólo era la conciencia de la plebe distinta a la de la clase obrera industrial, sino también sus formas características de revuelta: como por ejemplo, la tradición anónima y la acción rápida y directa. (THOMPSON, 1979, p. 31)

Ao estudar processos da Inglaterra do final do século XVIII e início do século XIX, Thompson compreende que a cultura plebeia reflete novas experiências de classe que contrapõem a dinâmica dominante e, assim, podem gerar conflitos que são decisivos na formação de uma identidade de classe que não se expressa apenas em um tipo de trabalhador. Parafraseando Thompson, Wood destaca que os processos que ocorrem de forma menos decisiva que nas classes maduras (dotadas de expressão ideológica e institucional) não devem ser ignorados, pois não é por serem menos incisivos que deixam de ser classe (WOOD, 2003, p. 66).

Thompson (1979) alega que as formações de classe são oriundas de um processo no quais homens e mulheres vivem

sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro ‘del conjunto de relaciones sociales’ com una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales. (THOMPSON, 1979, p. 38)

Tendo esta elaboração, Thompson defende uma abordagem que inclui as pessoas comuns, com seus costumes, valores, expectativas, no princípio de processos históricos de transformação social. Não se trata de ignorar as condições objetivas de formação da classe, pelo contrário, a consciência de classe só é possível porque já existem situações objetivas de classe. A identidade de classe se deve ao fato das pessoas – presentes num processo determinante – compartilharem experiências, identificando os interesses comuns e, assim, pensando e atribuindo valor conforme a classe. Para o autor, a formação de classe precisa passar pelo processo de experiência, uma vez que a reunião



das pessoas em classe ocorre por uma experiência comum que condiciona uma consciência social e, conseqüentemente, a ação da classe, na qual homens e mulheres reaparecem como sujeitos influenciados tanto por fatores ditos objetivos, quanto subjetivos.

Sader (1995) também não abandona o conceito original de condições “objetivamente dadas”, mas entende que estas condições vividas são continuamente reelaboradas – trata-se de uma “realidade virtual”. Desta forma, os movimentos sociais “operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente” (SADER, 1995, p. 47-48). Assim, os movimentos sociais despertam novos atores, novas identidades, nova forma de representação coletiva. Enfim, esses movimentos estimulam a emergência de uma nova configuração de trabalhadores (não se trata apenas de um sujeito histórico privilegiado – o proletariado), que se dá numa pluralidade de sujeitos

cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias. (SADER, 1995, p. 55)

Sader (1995, p. 315) conclui seu estudo afirmando que os movimentos estudados por ele representaram um importante elemento na vida política do país e, portanto, uma condição para uma efetiva democracia. No entanto, logo após o período de 1970/1980, o contexto social e político interferiu nas análises dos movimentos sociais, e a sociedade civil passou a ser percebida de outras maneiras, com outros atores. Assim, os atores estudados por Sader perderam visibilidade analítica e força política.

Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004) alegam que o fato de mudanças terem ocorrido não significa que os protagonistas daqueles movimentos sociais tenham saído de cena. Segundo os autores, os atores continuaram em cena, mas estão “desapercebidos na literatura porque novas lentes analíticas passaram a iluminar outro tipo de atores



como alicerces da expansão da democracia”, ou seja, os movimentos populares de outrora perderam espaço frente ao contexto neoliberal, mas aqueles atores continuam reivindicando suas bandeiras, de forma mais tímida – é verdade, mas ainda se apresentam como questionadores da ordem vigente. O que ocorre é que estes atores passam por um momento de invisibilização disseminado por um sistema que encontrou formas de desmobilizar o processo. Fato é que as forças das circunstâncias fazem com que a relação destes atores com a expectativa de transformação da sociedade também se modifique.

Reichmann (1994) fala que os novos sujeitos abandonaram o sonho da revolução tendo em vista a ideia de reforma estrutural. Não se trata mais de um ataque revolucionário contra o sistema, mas uma chamada para que as democracias mudem. Isso não significa que não há uma crítica à ordem existente, mas esta não é suficiente para uma ruptura com o sistema político. Eis um paradoxo presente no sujeito político contemporâneo que estranha e desafia as normas e valores do sistema dominante via ações que caracterizam uma desobediência civil. Estes atores conduzem suas ações visando valores e normas alternativos na perspectiva de uma sociedade melhor. No entanto, segundo Reichmann (1994), o ideário e a prática da contemporaneidade não apresentam elementos para a constituição de um novo sujeito revolucionário, talvez sim, um *sujeito reformista forte* que tende a ser construído pelos movimentos sociais em um esforço consciente e organizado:

Vale decir: los elementos de nueva subjetividad revolucionaria ya presentes tendrían que penetrar en capas más amplias de la sociedad, y los grupos ya activos tendrían que afianzarse, ampliarse y establecer nuevos lazos recíprocos para avanzar hacia un movimiento antisistema más amplio y globalizador que los actuales, capaz de aunar las “viejas” demandas de superación de la explotación y la opresión con respuestas a los “nuevos” problemas derivados de la crisis de civilización actual. (REICHMANN, 1994, p. 88)

Diante destas elaborações, percebe-se a importância de um sujeito articulado que se aperceba de sua condição estrutural e experimente o processo político coletivo a fim



de questionar a lógica dominante. Se, ao longo da história, tal lógica encontrou resistência para sua implantação nas sociedades é porque existiam sujeitos que a questionavam. Em alguns momentos e sociedades, a práxis destes sujeitos provocaram mudanças no contexto estrutural, em outros não, mas de certo houve modificações nos contextos sociais cotidianos que contribuíram para a construção da democracia nos diferentes processos históricos.

Hoje, mesmo com um sistema político que se esforça em invisibilizar o processo, há iniciativas coletivas de sujeitos sociais diversos que representam importante força política na busca de outra sociedade. Sabe-se que houve mudanças relevantes no campo da ação coletiva e de entidades da sociedade civil, que ganharam notoriedade a partir da década de 1990. Mas, ainda assim, os movimentos sociais e organizações populares continuam sendo o sujeito político mais importante, pelo protagonismo popular, e continuam preservando posição central na articulação da sociedade civil. Nestas circunstâncias, o popular ganha força à medida que se torna provavelmente o espaço da sociedade com maior condição de reconhecimento em busca de uma hegemonia política e cultural³.

Desta forma, fortalecer o popular torna-se uma estratégia importante para dar visibilidade aos sujeitos, na contemporaneidade, e retomar a força política da base capaz de abalar as estruturas. O popular é derivado da categoria “pobre”. Esta, segundo Milton Santos (1997), pertence aos “espaços opacos” da cidade; assim, os pobres são considerados os despossuídos e despercebidos. Segundo o autor, no espaço da cidade, são os pobres que possuem força, produzem formas de sociabilidade e justapõem aqueles que possuem a “velocidade” da cidade – as classes médias e altas. Desta forma, Santos alega que os espaços ocupados pelos pobres não são lugares do atraso, pelo

³ Segundo Gramsci, a hegemonia pode fazer um grupo reconhecer o seu domínio legítimo ao conjunto dos grupos subalternos. É nestas condições de resistência frente às estruturas que os trabalhadores começam a tomar consciência de si como classe, a construir, com os fatos, uma “vontade coletiva”, a estender a sua hegemonia tendo em vista opor-se à classe dominante. Para Gramsci, a construção do sujeito passa por um processo de reconhecimento presente na busca pela hegemonia, uma vez que esta configura um exercício do poder expresso por condições de reconhecimento frente aos diferentes grupos da sociedade que se movimentam em torno da hegemonia (GRAMSCI, 1984).



contrário, são lugares abertos, espaços de comunicabilidade, de força e mobilidade, nos quais a interação supera a individualidade. Para o autor, é preciso um esforço de entender a dinâmica da solidariedade existente entre os pobres, “fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida nos tempo rápidos da competitividade” (SANTOS, 1997, p. 86). Com o entendimento dessa solidariedade, revigorar uma força instituinte a favor dos grupos populares já existentes, talvez estranhos ao restante da cidade, mas que trazem consigo possibilidades de emancipação.

Nesta perspectiva, o popular vai além da definição “estar abaixo da linha da pobreza”, representa sim o espaço capaz de desenvolver formas de solidariedade e fornecer base para a constituição de sujeitos coletivos que podem desafiar a hegemonia do capital.

A economia solidária é dinamizada por atores presentes no espaço popular. Não se trata de uma classe específica ou de um segmento de classe, mas da convergência de múltiplos sujeitos que unem forças, experimentam a prática coletiva, solidária e autogestionária e representam interesses comuns.

Em estudo anterior (SANTOS, 2004) percebeu-se que, a partir da experiência da economia solidária, da vivência de outras relações de trabalho e da gestão horizontal, os trabalhadores constroem novas representações sobre o seu trabalho, as quais orientam ações individuais e coletivas para além da esfera do trabalho. Isso porque a prática da economia solidária atinge o comportamento, os valores e expectativas dos trabalhadores, que passam a ter outra leitura de trabalho e de sociedade. A adesão dos trabalhadores aos processos de economia solidária é motivada por diversos fatores (circunstanciais) econômicos, políticos, culturais, etc., presentes nas relações sociais objetivas e subjetivas vivenciadas por determinado grupo. Desta forma, embora exista uma representação coletiva em que os trabalhadores compartilham valores e ações, os trabalhadores mantêm suas particularidades não só no processo de adesão, como na vivência da experiência.



Da mesma forma que o EES – como sujeito coletivo – é formado por uma diversidade de representações, o movimento da economia solidária é configurado no FBES – como sujeito coletivo – por uma diversidade de atores que se reconhecem como economia solidária. Fato é que ações concretas estão realizando a experiência da economia solidária, bem como o movimento social que a congrega, tendo em vista novas condições econômicas, políticas e culturais. Assim, os trabalhadores que constroem outras relações de trabalho em busca de sobrevivência social formam o sujeito que, num movimento histórico, questiona a situação dada.

FBES: O sujeito de vários sujeitos

O movimento da economia solidária no Brasil expressa um sujeito coletivo – FBES – composto por vários sujeitos. Os atores da economia solidária são os empreendimentos econômicos solidários, suas entidades representativas⁴, os agentes externos desdobrados em entidades de apoio e poder público⁵. Os EES representam possibilidade concreta da consolidação da economia solidária, sem eles o movimento da economia solidária não tem sentido. Todavia a legitimidade destes empreendimentos e, conseqüentemente, do movimento requer o reconhecimento das trajetórias dos diferentes atores.

⁴ As entidades representativas (ligas ou uniões) buscam – a curto e longo prazos – atender as demandas dos empreendimentos que representam. Contrapondo-se à lógica do cooperativismo tradicional – considerado organização econômica e jurídica dentro e a favor do sistema vigente, as entidades representativas diretamente ligadas a economia solidária questionam a lógica dominante e propõem discutir o sistema cooperativo desafiando os empreendimentos a que representam repensarem os processos de gestão, produção e poder dos espaços que estão inseridos.

⁵ Os agentes externos são e foram, principalmente no início do movimento, importantes fomentadores da economia solidária. Muitos dos empreendimentos se articulam em torno do poder público e de entidades de apoio. Os agentes externos geralmente atuam visando uma autonomia dos EES que assessoram, mas nem sempre o discurso é cumprido, uma vez que estes dispuseram de recursos para ajudar nas dificuldades de organização dos empreendimentos e, na maioria das vezes não dispõe de muito tempo (no caso do poder público como agente externo, há um tempo máximo de quatro anos para assessorar os EES, uma vez que são políticas de governo e não de Estado, no caso das entidades de apoio o tempo também é limitado, pois na maioria das vezes tais entidades têm prazos curtos para assessorar, sistematizar e relatar a experiência para a instituição mantenedora do projeto) para fazer assessoria mais comprometida com a formação dos EES, o que não significa dizer que não há compromisso.



Muitos dos atores, ao se reconhecerem na economia solidária, trazem consigo outras histórias de reivindicação e protesto que representam as mais diferentes lutas, por exemplo, há EES que se formaram a partir da iniciativa comunitária⁶, há EES que possuem identificação com a luta pela reforma agrária⁷, há EES oriundos de massa falida e que possuem relação com o movimento sindical⁸, há EES formado por perspectiva de reinserção social (pessoas que possuem alguma doença - doença mental, dependência química, HIV; presidiários...), enfim há EES predominantemente de mulheres, quilombolas, indígenas etc. que carregam outras bandeiras de lutas, além de possuírem uma identidade comum: a economia solidária.

Sendo assim, o movimento da economia solidária não é unívoco e integra uma pluralidade de práticas e de atores sociais que, ao se movimentarem das mais diferentes formas, buscam legitimar a economia solidária. Segundo Icaza (2004) a pluralidade presente no movimento da economia solidária “é sua força e sua novidade, pois permite que em torno dela se congreguem forças importantes, portadoras de criatividade e construtoras de inovação social”. É a partir desta diversidade que a economia solidária é um campo em potencial para o diálogo de propostas e experiências diferentes que almejam uma transformação social e econômica comum a partir da economia solidária.

O movimento da economia solidária se fortalece em um momento histórico em que a sociedade civil é definida como uma trama diversificada de atores coletivos que mobilizam recursos associativos para problematizar questões de “interesse geral”. Segundo Avritzer (1994: 284), “o que caracteriza a sociedade civil brasileira é a procura pela autonomia de uma esfera de generalização de interesses associada à permanência de uma forma institucional de organização baseada na interação comunicativa”.

⁶ É o caso da Univens que é uma cooperativa da área de vestuário de um bairro de Porto Alegre que se organizou a partir da participação nas reuniões do Orçamento Participativo no bairro (SANTOS, 2006).

⁷ É o caso das cooperativas da CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil do Movimento Sem Terra (http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema_Cooperativista_dos_Assentados.pdf)

⁸ É o caso dos EES vinculados a ANTEAG.



Nesta perspectiva, o movimento da economia solidária configura um espaço no qual diferentes atores partilham posições semelhantes. Por um lado, os EES e suas diferentes bandeiras somadas à economia solidária, por outro os agentes externos, com destaque para as entidades de apoio (associações, entidades civis, ONGs e articuladoras⁹) - relevante tipo de ator dos anos 1990.

As entidades de apoio passaram ocupar um espaço na sociedade civil e no campo da ação coletiva bastante significativo, uma vez que ganharam centralidade na capacidade de agregar demandas e articular diferentes atores em torno das mesmas, posicionando-se assim, ao lado dos movimentos sociais. Como organizações institucionalizadas que mesclam militância e profissionalismo, as entidades de apoio desenvolvem projetos em prol do desenvolvimento de uma agenda específica e por sua capacidade técnica e política conquistam importantes espaços de decisão nos processos deliberativos da sociedade civil. Segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004), o debate sobre sociedade civil dos anos 1990 enfatiza uma concepção restritiva da sociedade civil em que há um “ocultação artificial dos movimentos, sobre-dimensionando o papel de outros atores da sociedade civil — notadamente as ONGs — como se fossem sucessores ou ocupassem lugar análogo ao dos primeiros”. Embora o desaparecimento dos movimentos em detrimento das ONGs seja equivocado, este discurso exerceu grande influência sobre os processos de ação coletiva evidenciados na década de 1990.

Considerando o papel relevante que o Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional)¹⁰ teve no princípio do movimento da economia solidária no Brasil, pode-se dizer que tal movimento se situa entre os movimentos influenciados pelo referido discurso. No entanto, acredita-se que – da mesma forma que os movimentos não saíram

⁹ Para diferenças entre articuladoras e ONGs, ver Gurza Lavalle, Castello e Bichir, 2004.

¹⁰ O GT Nacional surgiu de uma iniciativa do Governo Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa de Economia Popular Solidária, locado na Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI). A participação de algumas organizações nacionais na elaboração, execução e avaliação do seu programa estadual propiciou a oportunidade de, no I Fórum Social Mundial (FSM), serem organizados alguns eventos em articulação com outros atores nacionais e algumas redes internacionais de economia solidária. Isso levou, no ano seguinte, à constituição do GT Nacional.



de cena – os empreendimentos econômicos solidários, identificados como a base da economia solidária, são as principais expressões de poder do movimento. De fato, a economia solidária possui um leque de interlocutores bastante amplo o que atenua as diferenças entre as posições conceituais e políticas contidas no movimento, mas esta abrangência provavelmente não oculta a centralidade dos EES.

A estreita relação dos agentes externos com o movimento da economia solidária garantiu que tais agentes participem do processo como sujeitos diretos, em um patamar abaixo dos EES, mas com direito de decisão. No caso da economia solidária, esta situação não parece comprometer a legitimidade do processo, muda sim a cena protagônica comum aos movimentos sociais – pois esta não é mais de exclusividade dos atores da base –, no entanto, a cumplicidade dos diferentes atores é tanta que a base reconhece o espaço protagônico dos agentes externos e não sente ameaça por parte deles, embora muitas vezes dispute poder com os mesmos, uma vez que por mais comprometidos com a causa que sejam os agentes externos, eles podem reproduzir e intensificar a lógica clientelista – mesmo que não intencionalmente, inibindo a autonomia de decisão da base.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A Moralidade da Democracia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

_____. Um Desenho para o Novo Associativismo. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p.m 147-167, 1997.

BERTUCCI, Jonas; CUNHA, Gabriela. *Relatório Nacional de Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil*. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

CRUZ, César. A. M. Desafios Atuais para se Pensar as Classes Sociais e o Processo de Consciência de Classe. In: *Anais do II Encontro de Política Social e do IV Seminário de Práticas em Serviço Social*, Vitória, 2007.



GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. Quando Novos Atores Saem de Cena - continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Cultura e Política, Revista de Sociologia Política*, Santa Catarina, v.2, n. 5, p. 35-53, 2004.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. *Solidariedade, Autogestão e Cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

REICHMANN, Jorge. Una Nueva Radicalidad Emancipatoria: las luchas por la supervivencia y la emancipación en el ciclo de protesta. In: REICHMANN, Jorge; BUEY, Francisco. *Redes que Dan Libertad – introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona, Paidós, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Aline Mendonça. *Vivendo e Pensando o Diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2004.

_____. UNIVENS - Nove anos de história concretizando uma outra economia. In: Rilles. (Org.). *Experiencias de Economía Social y solidaria en Argentina e Brasil: trabalhos ganadores del primer concurso RILLESS para investigadores jóvenes*. 1 ed. Buenos Aires: elaleph.com, 2006, v. 1, p. 117-149.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo (globalização e meio técnico científico-informacional)*. São paulo, Hucitec, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Revista Sociedade e Estado*, n.1, p. 109-130.

_____. *Fóruns e Redes da Sociedade Civil: percepções sobre exclusão social e cidadania*. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, participação e democracia, Florianópolis, 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE . *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Brasília: MTE, SENAES, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

14

THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.